

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes
aos Exercícios Findos em 31 de dezembro
de 2019 e 2018 e Relatório dos Auditores
Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	18
Balanço patrimonial	21
Demonstração do resultado	22
Demonstração do resultado abrangente	23
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	25
Demonstração do valor adicionado	26
Notas explicativas às demonstrações financeiras	27

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., “CCR ViaSul” ou “Companhia” ou “Concessionária”, tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 01/2018 (“Contrato de Concessão”). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graef, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquetinha, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabaí, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve seu início em 15 de fevereiro de 2019.

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 (sete reais e vinte e quatro centavos) referenciada a julho /2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos) (deságio de 40,53%).

As rodovias administradas pela Concessionária são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

1.3 Destaques de 2019

No primeiro ano de concessão a Concessionária concluiu a execução de todos os trabalhos iniciais, incluindo a recuperação de todos os elementos de engenharia das rodovias que estão sob a sua administração, mapeamento de todos os riscos ambientais, apresentação do primeiro programa de redução dos acidentes de trânsito e a integralização do capital social. Todos esses itens foram aprovados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de relatórios específicos, documentação e vistorias técnicas em campo. A aprovação formal desta etapa foi publicada do Diário Oficial da União – DOU – em 29.01.20.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 15 de fevereiro de 2019 a 15 de fevereiro de 2020, o valor da Tarifa Básica de Pedágio – TBP determinada pelo referido órgão era de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos), conforme deliberação nº 195 de 12 de fevereiro de 2019.

A Tarifa inicial da Concessionária de R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos), corresponde ao deságio de 40,53% sobre a tarifa base de R\$ 7,24 (sete reais e vinte e quatro centavos) estabelecida pela ANTT e corrigida pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) no período de julho de 2018 até fevereiro de 2019.

A cobrança das tarifas de pedágio iniciou-se em de 15 de fevereiro de 2019 e totalizou 20.080.877 veículos pedagiados ou 36.397.206 veículos equivalentes bidirecionais nas 2 praças de pedágio (Gravataí e Santo Antônio da Patrulha) até 31 de dezembro de 2019.

A Receita Operacional da companhia em 2019, considerando a Receita de Pedágio e a Receita de Construção, totalizaram R\$ 413.945.

2.2 Desempenhos

- A Receita líquida operacional (sem receita de construção) atingiu R\$ 160.175
- O Lucro líquido atingiu R\$ 61.051
- O EBITDA atingiu R\$ 69.086
- O EBIT atingiu R\$ 67.788

Em R\$ mil	2019	2018
Receita líquida	399.991	-
Receita de pedágio	160.148	-
Receita de construção (ICPC 01 R1)	253.770	-
Outras receitas	27	-
(-) Deduções da receita bruta	(13.954)	-
(-) Custos e despesas (a)	(332.203)	(53)
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(253.770)	-
Demais custos e despesas	(78.433)	(53)
(-) Resultado financeiro líquido	15.249	576
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(21.986)	(177)
Lucro líquido	61.051	346
(+) Resultado financeiro líquido	(15.249)	(576)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	21.986	177
EBIT	67.788	(53)
Margem EBIT	16,9%	-0,6%

Em R\$ mil	2019	2018
EBIT Ajustado	67.788	(53)
Margem EBIT ajustada (b)	46,4%	-
(+) Depreciação/amortização	1.298	-
EBITDA	69.086	(53)
Margem EBITDA	17,3%	-0,6%
EBITDA ajustado	69.086	(53)
Margem EBITDA ajustada (c)	47,2%	-
Investimentos	299.155	-
Veículos equivalentes (em milhares)	10.469	-

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + despesas gerais e administrativas.
(b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção.
(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

2.2.1 Receitas operacional

A receita de pedágio totalizou R\$ 160.148, tendo o seu início de cobrança em 15 de fevereiro de 2019, juntamente com a assunção das rodovias.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os gastos totais em 2019 foram de R\$ 332.203, sendo que, os gastos operacionais totalizaram R\$ 78.433 e os custos de construção atingiram R\$ 253.770, correspondendo aos trabalhos iniciais conforme o Cronograma de Investimentos estabelecidos pelo Poder Concedente.

A receita e os custos da companhia não foram comparados com ano de 2018, visto que sua operação e arrecadação iniciaram-se em 15 de fevereiro de 2019.

2.2.3 Investimentos

Os investimentos da Concessionária realizados no primeiro ano de operação (fevereiro/19 à dezembro/19) totalizaram R\$ 299.155, nos quais destacamos a construção de dois retornos em níveis, dois acessos os serviços pertencentes à etapa dos trabalhos iniciais, sendo: obras de melhoria de parâmetros dos pavimentos, elementos de proteção e segurança, obras de arte especiais, obras de arte correntes, terraplenos e estruturas de contenção, edificações e instalações operacionais, sistemas elétricos e de iluminação e túnel. Foi realizada a revitalização de duas praças de pedágio na BR-290 e implantação de cinco novos pontos de arrecadação, sendo um na BR-101 e quatro na BR-386, recuperação das estruturas já existentes para o atendimento ao usuário, implantação parcial das usinas fotovoltaicas, entre outros.

Investimentos *	2019
Praças de Pedágio/ Bases/ SAU's	58.497
Serviços no Pavimento	128.985
Cadastros Iniciais da Rodovia	2.807
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	20.669
Obras de Arte Especiais	6.945
Drenagem e Obra de Arte Corrente	6.199

Investimentos *	2019
Faixa de Domínio	9.388
Obras de Ampliação de Capacidade	3.763
Upgrade	8.455
Sistemas	53.447
Total	299.155

(*) Movimentações Caixa

2.2.4 Captações de Recursos

Em dezembro de 2019 a Concessionária assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 (um bilhão, duzentos e trinta e cinco milhões, cento e noventa e oito mil reais) a ser liberado em quatro tranches ao longo dos anos de 2020 até 2032, a fim de viabilizar os investimentos e aquisições de equipamentos para operação.

2.2.5 Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 108.155, representando 27% da Receita Operacional Bruta.

2.2.6 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 16 de dezembro, conforme aprovado em AGE, foram distribuídos dividendos do ano de 2018 no montante de R\$ 82.129,34 (oitenta e dois mil, cento e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos), dividendos intermediários do exercício de 2019 no valor de R\$ 21.820.103,80 (vinte um milhões, oitocentos e vinte mil, cento e três reais e oitenta centavos) e também, foram pagos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 18.152.517,61 (dezoito milhões, cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta e um centavos).

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Concessionária administra um conjunto de rodovias que estão inseridas na região Sul do país, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil.

As perspectivas da Concessionária para os próximos anos são otimistas, mesmo com o cenário do COVID-19, pois nota-se que a atividade econômica do estado vinha apresentando recuperação (indústria de automóveis, commodities e construção civil), também reflexo da política de juros e as reformas que estão sendo implementadas no país e tendem a serem revistas em função da crise instaurada pela pandemia.

2.2.8 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Concessionária iniciou em 2019 a implantação de três importantes sistemas de gestão: ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária. Na busca da certificação das ISOs 9.001 e 14.001 e conformidade para a ISO 39.001, já em 2020, foi desenvolvido o mapeamento de processos, a elaboração de procedimentos e a definição de estrutura para o Sistema de Gestão Integrado.

2.2.9 Recursos Humanos

Um dos maiores benefícios de um programa de concessão de rodovias é sem dúvidas, a geração de empregos. Em 2019 foram contratados 591 colaboradores para diversas áreas. Todos passaram por programas de desenvolvimento e aperfeiçoamento totalizando aproximadamente 2.000 horas de treinamentos teórico e prático. Tudo isso para garantir uma prestação de serviços com excelência aos usuários que trafegam pelas rodovias administradas pela Concessionária.

3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

Em 15 de fevereiro de 2019 a concessionária iniciou a prestação de serviço de atendimento aos usuários da BR-290 por meio de socorro médico (suporte básico e avançado), socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais. Em 15 de Agosto de 2019, dando continuidade à implantação dos serviços, foram iniciados os mesmos serviços nas BR-448, BR-101 e BR-386, garantindo melhores condições de segurança, conforto e fluidez aos usuários dessas rodovias.

No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 62.753.

Variação mensal do volume no ano base

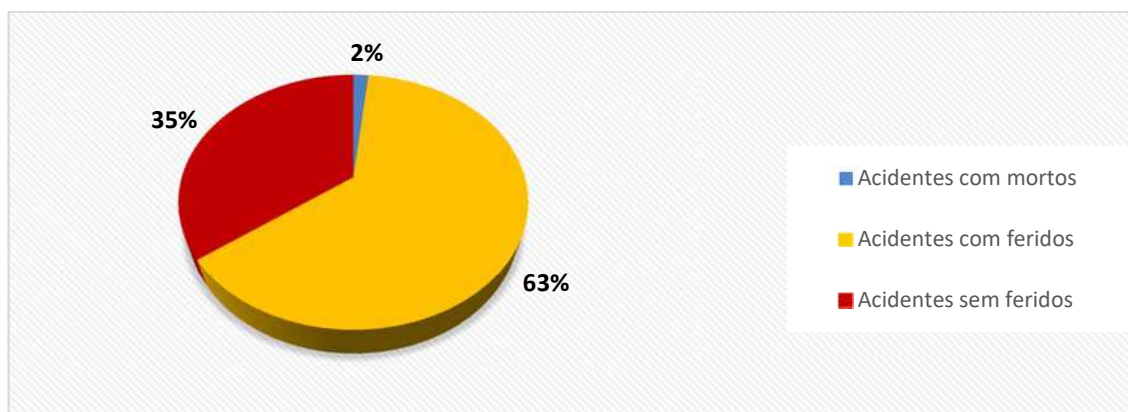


3.2 Segurança no Trânsito

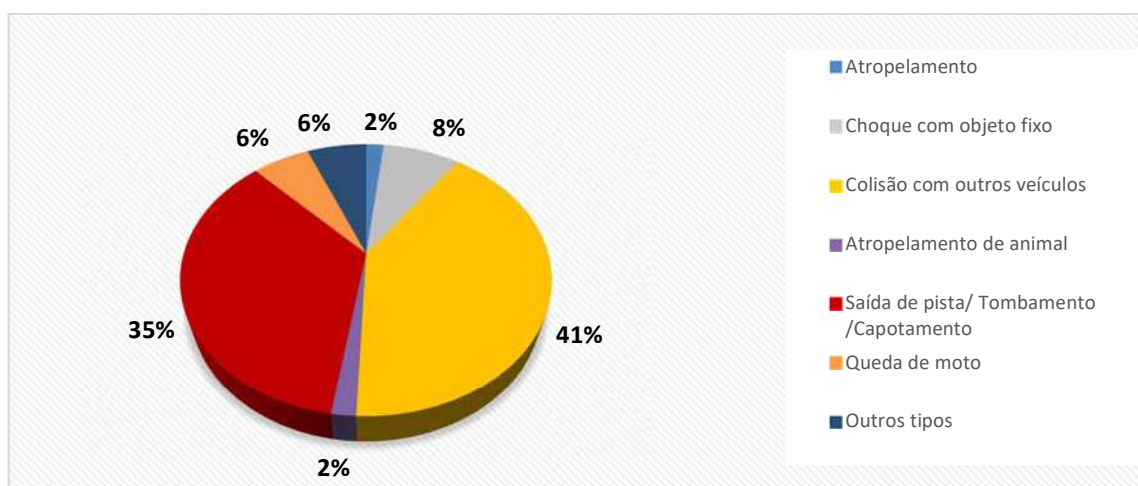
3.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período de 15 de fevereiro 2019 até 31 de dezembro de 2019 para o trecho da BR-290 e de 15 de agosto até 31 de dezembro de 2019 para os demais trechos.

Percentual de acidentes por gravidade em 2019



Percentual de acidentes por tipo em 2019



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Pelo fato da concessionária ter iniciado sua operação em fevereiro de 2019, não há base comparativa.

3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão.

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	15	3
Guincho Leve	13	3

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	58	13
Administração	33	7
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	5	1
Faixa de domínio	3	1
Total de veículos de apoio	43	9
Total	101	22

No exercício de 2019, foram registrados 49.343 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário.

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos e indiretos alocados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base.

Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretoria	1	0
Gestor de Comunicação	1	0
Gestor de Atendimento	1	0
Gestor Administrativo Financeiro	1	0
Conservação	14	2
CCO	25	4
Engenharia	27	4
TI	31	5
Administrativo	47	7
Trafego	113	18
Arrecadação	115	18
Total Geral	376	60

3.4 Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a receita da Concessionária no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão.

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados

3.4.1 Receita (em R\$ mil)

	Em 2019
Receitas de pedágio	160.148
Receitas acessórias	27
Total das receitas	160.175

Investimentos *

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2019	Acumulado
Adição do intangível	234.265	234.265
Aquisição de imobilizado	64.890	66.448
Total dos investimentos	299.155	300.713

(*) Movimentações Caixa

3.4.3 Custos Operacionais

	Em 2019	Acumulado
Custos Operacionais	332.203	332.256

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2019	Acumulado
Pedágio	8.011	8.011
Acessória	1	1
ISS Total	8.012	8.012

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de Veículo												
		Auto	2D	3S	3D	4S	4D	5D	6D	MOTO	7D	8D	9D	10D
Santo Antônio da Patrulha	R\$ 8,80	R\$ 8,80	R\$ 17,60	R\$ 13,20	R\$ 26,40	R\$ 17,60	R\$ 35,20	R\$ 44,00	R\$ 52,80	R\$ 4,40	R\$ 61,60	R\$ 70,40	R\$ 79,20	R\$ 88,00
Gravataí	R\$ 4,40	R\$ 4,40	R\$ 17,60	R\$ 13,20	R\$ 26,40	R\$ 17,60	R\$ 35,20	R\$ 44,00	R\$ 52,80	R\$ 4,40	R\$ 61,60	R\$ 70,40	R\$ 79,20	R\$ 88,00

Concessionária em números

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	473	Quantidade por tamanho
Número de veículos que transitaram	20.324.091	
Veículos leves	16.593.974	(leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Motos	475.399	
Caminhões e ônibus	3.011.504	
Veículos isentos	243.214	
Número de praças de pedágios	2	
Tarifa	4,4	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	113.741	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equips. utilizados pelo concessionário	101	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD \geq 45 (VR BR-290)	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	160.147	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	1.298	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa / Aplicações financeira	945.898	
Ativo Bruto	1.285.370	
Série Histórica dos Investimentos	299.155	Em unidades monetárias

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Custo de Oportunidade do Capital	9,3%	Custo de Capital – WACC
<u>Fator Trabalho</u>		
Número de Trabalhadores	376	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	305	
Administrativo	71	
Despesas de Pessoal	25.792	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	16.488	
Administrativo	9.304	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	5.873	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	497	Valores monetários
Outras Despesas	1.845	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	1.724	
Acidentes c/ vítimas feridas	606	
Acidentes s/ vítimas	1.089	
Acidentes c/ mortos	29	
Vítimas feridas	915	
Mortos	33	

Indicadores

Receita por veículo	R\$ 7,98	
Custo por veículo	R\$ 3,84	

Balanco Social

	2019	2018
1. Base de cálculo		
Faturamento bruto		
Receita líquida (RL)	399.991	0
Resultado operacional (RO)	67.788	-53
Folha de pagamento bruta (FPB)	25.792	0
Folha de pagamento bruta - total remunerações	25.792	0

2. Indicadores sociais internos

	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.517	5,88%	0,38%
Encargos sociais	6.339	24,58%	1,58%
Previdência privada	206	0,80%	0,05%
Saúde	1.564	6,06%	0,39%
Creches ou auxílio creche	55	0,21%	0,01%
Participação os lucros ou resultados	3.413	13,23%	0,85%
Outros	1.424	5,52%	0,36%
Total - Indicadores sociais internos	14.518	56,29%	3,63%

3. Indicadores do corpo funcional

Nº de colaboradores ao final do período	376	
Tempo de serviço	43% até seis meses	
	50% de seis meses a um ano	
	2% entre um e dois anos	
	1% entre dois e cinco anos	
	3% mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	591	
Nº de demissões durante o período	242	
Nº de colaboradores terceirizados	2.300	
Nº de colaboradores com até 18 anos	8	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	51	
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	265	
Nº de colaboradores acima de 45 anos	52	
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	139	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	36%	
Remuneração paga a mulheres no período	235	
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	9	
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	1	

Total de horas extras trabalhadas 334
 Total de INSS pagos 3.171
 Total de FGTS pago 826
 Total de IR recolhido no período 17.302
 Total de CSLL recolhido no período 6.265
 Total de PIS recolhidos no período 1.161
 Total de COFINS recolhidos no período 5.519
 Total de outros tributos recolhidos no período 32.244

4. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária

Número total de acidentes de trabalho

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:

A previdência privada contempla:

A participação nos lucros ou resultados contempla:

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:

% de reclamações e críticas solucionadas:

Valor adicionado total a distribuir

Distribuição do Valor Adicionado

- 5
- direção
 - direção e gerencias
 - todos os colaboradores
 - direção e gerencias
 - todos os colaboradores
 - todos + CIPA
 - não se envolve
 - segue as normas da OIT
 - incentiva as normas da OIT
 - direção
 - direção e gerencias
 - todos os colaboradores
 - direção
 - direção e gerencias
 - todos os colaboradores
 - não são considerados
 - são sugeridos
 - são exigidos
 - não se envolve
 - apoia
 - organiza e incentiva
 - 6.942 na Concessionária
 - 32% governo
 - 32% acionistas
 - 18% colaboradores
 - 1% terceiros
 - 17% retido

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Concessionária é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade é entendida como um pilar estratégico para impulsionar a geração de valor no longo prazo para seus acionistas, clientes, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades de melhoria e mensurar os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas operações.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida colegiadamente através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração do Grupo. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as unidades de negócio.

Um sólido conjunto de políticas corporativas cria a base para que a gestão da sustentabilidade ocorra de forma homogênea em todos os negócios e em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

Código de Ética

- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse:

<http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em <http://www.grupoccr.com.br/ri2019/index.html>.

Em 2019, por meio do Instituto CCR, a concessionária beneficiou 4,6 mil crianças e adolescentes com a realização de programas sociais nas cidades de Três Cachoeiras, Montenegro, Paverama, Fontoura Xavier e Victor Graeff, levando conhecimento, alegria e descontração com atividades nas áreas de educação e cultura.

4.3 Destaques do exercício

Em setembro de 2019, a concessionária realizou com o Instituto Datafolha uma pesquisa de satisfação com os usuários da BR-290/Freeway. Entre os dias 12 e 30 de setembro foram ouvidas 622 pessoas, entre motoristas de veículo de passeio, comercial, frotistas e formadores de opinião. O resultado da pesquisa, considerando os índices de avaliação “ótimo” + “bom” dos serviços prestados, gerou quase 80% de aprovação dos usuários entrevistados. Um outro resultado importante obtido com a mesma pesquisa é que 96% dos usuários entrevistados disseram que vale a pena efetuar o pagamento do pedágio na BR-290/Freeway.

Outro resultado importante foi o da pesquisa CNT 2019 que classificou o trecho concedido da BR-290/Freeway como ótimo.

4.4 Considerações Finais

4.4.1 Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

4.4.2 Auditores Independentes

Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.4.3 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Porto Alegre, 21 de outubro de 2020.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista

90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone +55 (51) 3327-0200

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação

suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de outubro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Balanco Patrimonial

para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018
Circulante						
Caixas e equivalentes de caixa	6	85.672	301.653		53.830	8.593
Aplicações financeiras	6	860.226	8.255	9	807	-
Contas a receber	7	5.925	-		7.082	194
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.116	59		6.042	26
Adiantamento a fornecedores		52	-		5.832	-
Despesas antecipadas e outros		683	651		897	-
					-	82
Total do ativo circulante		955.674	310.618		162	-
					74.652	8.895
Não circulante						
Realizavel a longo prazo						
Impostos diferidos	8b	1.598	17		919	-
Depósitos Judiciais		2	-	13	2	-
					921	-
Total do ativo não circulante		1.600	17			
Imobilizado	10	65.410	1.905	14	1.188.456	311.627
Intangivel	11	147.947	8.246	14	6.705	264
Intangivel em construção	11	114.739	-	14	14.636	-
Total do ativo não circulante		329.696	10.168		1.209.797	311.891
Total do ativo		1.285.370	320.786		1.285.370	320.786
Passivo						
Circulante						
Fornecedores						
Fornecedores - partes relacionadas						
Imposto de renda e contribuição social						
Imposos e contribuições a recolher						
Obrigações sociais e trabalhistas						
Obrigações com o poder concedente						
Dividendos a pagar						
Outras contas a pagar						
Total do passivo circulante						
Não circulante						
Obrigações sociais e trabalhistas						
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários						
Total do passivo não circulante						
Patrimônio líquido						
Capital social						
Reservas de lucros						
Dividendo adicional proposto						
Total do patrimônio líquido						
Total do passivo e patrimônio líquido						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração do resultado do exercício

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	15	399.991	-
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(253.770)	-
Depreciação e amortização		(1.254)	-
Serviços		(22.778)	-
Custo com pessoal		(16.488)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(5.214)	-
Outros		(15.371)	(53)
		<u>(314.875)</u>	<u>(53)</u>
Lucro bruto		<u>85.116</u>	<u>(53)</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(5.873)	-
Depreciação e amortização		(44)	-
Despesas com pessoal		(9.304)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(497)	-
Gastos com viagens e estadias		(792)	-
Outros		(1.053)	-
		<u>(17.563)</u>	<u>-</u>
Outras resultados operacionais		<u>235</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro		67.788	(53)
Resultado financeiro	16	15.249	576
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>83.037</u>	<u>523</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(21.986)</u>	<u>(177)</u>
Lucro líquido do exercício		61.051	346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	61.051	346
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>61.051</u></u>	<u><u>346</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Reservas de lucros			Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	
Subscrição e integralização de capital em 21 de novembro de 2018	10	-	-	-	-	10
Subscrição e integralização de capital em 06 de dezembro de 2018	1.166.768	(855.151)	-	-	-	311.617
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	346
Destinações:						
Reserva legal	-	-	18	-	-	(18)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(82)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	246	-	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.166.778	(855.151)	18	246	-	311.891
Aumento de capital social em 19 de dezembro de 2019	21.678	-	-	-	-	21.678
Integralização capital social em 31 de dezembro de 2019	-	855.151	-	-	-	855.151
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.051
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	3.052	-	-	(3.052)
Distribuição de dividendos intermediários em 16 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	(21.821)
Juros s/ capital próprio	-	-	-	-	-	(18.153)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	14.636	(14.636)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.389	-	(3.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.188.456	-	3.070	3.635	14.636	1.209.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	61.051	346
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.581)	(17)
Depreciação e amortização	1.298	-
Baixa do ativo imobilizado	51	-
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	14	-
	<u>60.833</u>	<u>329</u>
Variação nos ativos e passivos		
Aumento dos ativos		
Contas a receber	(5.925)	-
Tributos a recuperar	(3.057)	(59)
Adiantamento a fornecedores	(52)	-
Despesas antecipadas e outras	(34)	(651)
Aumento dos passivos		
Fornecedores	25.098	-
Fornecedores - partes relacionadas	807	-
Obrigações sociais e trabalhistas	6.751	-
Impostos e contribuições a recolher	29.390	220
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(16.486)	-
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(12)	-
Obrigações com o poder concedente	897	-
Outras contas a pagar	162	-
	<u>98.372</u>	<u>(161)</u>
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais	<u>98.372</u>	<u>(161)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(64.890)	(1.558)
Adições ao ativo intangível	(234.265)	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(851.971)	(8.255)
	<u>(1.151.126)</u>	<u>(9.813)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(1.151.126)</u>	<u>(9.813)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JCP pagos	(40.056)	-
Integralização de capital	876.829	311.627
	<u>836.773</u>	<u>311.627</u>
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	<u>836.773</u>	<u>311.627</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(215.981)</u>	<u>301.653</u>
De demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	301.653	-
No final do exercício	85.672	301.653
	<u>(215.981)</u>	<u>301.653</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas			
Receita de pedágio		160.148	-
Receita de construção		253.770	-
Receitas acessórias		27	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(253.770)	-
Custos dos serviços prestados		(42.733)	(53)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(7.989)</u>	<u>-</u>
Valor adicionado bruto		<u>109.453</u>	<u>(53)</u>
Depreciação e amortização		(1.298)	-
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>108.155</u>	<u>(53)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	<u>15.385</u>	<u>583</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>123.540</u>	<u>530</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		16.767	-
Benefícios		4.905	-
FGTS		826	-
Outras		123	-
Tributos			
Federais		31.110	184
Estaduais		44	-
Municipais		8.012	-
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		110	-
Aluguéis		592	-
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	13	39.974	-
Lucros retidos do exercício	13	<u>21.077</u>	<u>346</u>
		<u>123.540</u>	<u>530</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 13 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Companhia iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

a) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

- Classificação

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros apurada na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros apurada na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- Aplicações financeiras

Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém, sem previsão de utilização nesse período.

d) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado como outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

e) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados e em andamento

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “k”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) *Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas de ativos financeiros sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros, gastos de despesas bancárias e IOF.

i) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data do balanço.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego entre outras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

k) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

l) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

m) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, as seguintes normas.

- **CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos**

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o IFRS 16 / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

- **ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro**

Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 (IAS 32) - Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

n) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e os Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 21 de outubro de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1) / IFRIC 12
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 12 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários
- 16 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9 e 17.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano
Fornecedores e outras contas a pagar	53.992
Fornecedores - partes relacionadas	807
Obrigações com o poder concedente	897

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2019	2018
Caixa e bancos	2.530	18
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	83.142	301.635
Total - Caixa e equivalentes de caixa	85.672	301.653

	2019	2018
Aplicações financeiras		
Conta reserva	-	8.255
Fundos de investimentos e CDB	860.226	-
Total - Aplicações financeiras	860.226	-

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 100,60% do CDI, equivalente a 5,98% ao ano (99,84 % do CDI, equivalente a 6,39% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	5	-
Pedágio eletrônico (b)	5.920	-
	<u>5.925</u>	<u>-</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Crédito a vencer	5.921	-
Créditos vencidos até 60 dias	4	-
	<u>5.925</u>	<u>-</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	83.037	523
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(28.233)	(178)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(26)	
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(106)	
Juros sobre capital próprio	6.172	
Incentivos relativos ao imposto de renda	182	
Outros ajustes tributários	25	1
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(21.986)</u>	<u>(177)</u>
Impostos correntes	(23.567)	(194)
Impostos diferidos	1.581	17
	<u>(21.986)</u>	<u>(177)</u>
Alíquota efetiva do imposto	<u>26,48%</u>	<u>33,84%</u>

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2018	Reconhecido no resultado	2019		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	1.160	1.160	1.160	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	1	1	1	-
Amortização do custo de transação	-	(17)	(17)	-	(17)
Provisão para fornecedores	-	48	48	48	-
Despesas pré-operacionais	-	343	343	343	-
Outros	17	46	63	63	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	17	1.581	1.598	1.615	(17)
Compensação de imposto	-	-	-	(17)	17
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	17	1.581	1.598	1.598	-

	21/11/2018	2018	
	Saldo inicial	Reconhecido no resultado	Ativo fiscal diferido
Outros	-	17	17

9. Partes relacionadas

	Transações	Saldos
	2019	2019
		Passivo
	Serviços Prestados	Fornecedores e contas a pagar
Controladora		
CCR	2.030 (a)	272 (a)
CPC	3.584 (b)	469 (b)
Outras partes relacionadas		
Cor	-	16 (c)
RodoAnel Oeste	-	2 (c)
Metro Bahia	-	18 (c)
SPVias	-	9 (c)
MSVia	-	16 (c)
ViaOeste	-	3 (c)
ViaMobilidade	-	2 (c)
Total, 31 de dezembro de 2019	5.614	807
Total, 31 de dezembro de 2018	-	-

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (d)	1.578	-
Outros benefícios:		
Seguro de vida	3	-
	<u>1.581</u>	<u>-</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração dos administradores (d)	<u>148</u>	<u>-</u>

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 24 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (d) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Valor de custo						
Móveis e utensílios		-	-	-	376	376
Máquinas e equipamentos		-	-	-	288	288
Veículos		-	-	(53)	11.421	11.368
Equipamentos operacionais		-	-	-	848	848
Imobilizado em andamento		1.905	64.890	-	(13.316)	53.479
Total custo		<u>1.905</u>	<u>64.890</u>	<u>(53)</u>	<u>(383)</u>	<u>66.359</u>
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	-	(14)	-	-	(14)
Máquinas e equipamentos	10	-	(5)	-	-	(5)
Veículos	25	-	(901)	2	-	(899)
Equipamentos operacionais	16	-	(31)	-	-	(31)
Total depreciação		<u>-</u>	<u>(951)</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>(949)</u>
Total geral		<u>1.905</u>	<u>63.939</u>	<u>(51)</u>	<u>(383)</u>	<u>65.410</u>

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>21/11/2018</u>	<u>2018</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo			
Imobilizado em andamento	-	1.905	1.905
Total custo	-	1.905	1.905

11. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	<u>2018</u>	<u>2019</u>		
		<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		-	-	147.277	147.277
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	634	383	1.017
Intangível		-	634	147.660	148.294
Intangível em construção		8.246	253.770	(147.277)	114.739
Total custo		8.246	254.404	383	263.033
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	-	(347)	-	(347)
Total amortização		-	(347)	-	(347)
Total geral		8.246	254.057	383	262.686

	<u>21/11/2018</u>	<u>2018</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Valor de custo			
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	-	8.246	8.246
Intangível	-	8.246	8.246
Total custo	-	8.246	8.246

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	45.234	8.593
Cauções e retenções contratuais	8.596	-
	<u>53.830</u>	<u>8.593</u>

Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2018</u>	<u>2019</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante				
Cíveis	-	14	(12)	2
	-	14	(12)	2

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis e administrativos	17	-
Trabalhistas e previdenciárias	2	-
	19	-

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 21 de novembro de 2018, ocorreu a constituição da Companhia com capital social, no montante de R\$ 10 mediante a emissão de 10.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 06 de dezembro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 1.166.768, mediante a emissão de 1.166.767.867 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 311.617 integralizadas em 28 de dezembro de 2018 e R\$ 855.151 integralizadas em 18 de fevereiro de 2020, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 1.166.778 com sua única acionista, a Companhia de Participações em Concessões (“CPC”).

Em 19 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e integralizado o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 21.678, mediante a emissão de 21.678.329 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizadas, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 1.188.456 com sua única acionista, a Companhia de Participações em Concessões (“CPC”).

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Esta retenção está fundamentada na proposta da administração e será submetida a aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2020.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 24 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de dividendos à conta de Dividendos mínimo obrigatório do exercício de 2018 no montante de R\$ 82, correspondente a R\$ 0,070 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 17 de dezembro de 2019.

Em 16 de dezembro de 2019, foi aprovado através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos intermediários à totalidade dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2019 no montante de R\$ 21.821, correspondente a R\$ 0,018 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 17 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 14.636, a serem aprovados na AGO de 2020.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019, foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	61.051
(-) Constituição de reserva legal	<u>(3.052)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>57.999</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>14.500</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	18.153
Total de dividendos mínimos intermediários pagos	<u>21.821</u>
Total	<u>39.974</u>

e. Juros sobre capital próprio

Em 16 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 18.153, relativo ao lucro do exercício, pagos em 17 de dezembro de 2019.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas de pedágio	160.148	-
Receitas de construção (ICPC 01 R1 / IFRIC 12)	253.770	-
Receitas acessórias	27	-
Receita bruta	<u>413.945</u>	<u>-</u>
Impostos sobre receitas	(13.939)	-
Abatimentos	(15)	-
Deduções das receitas brutas	<u>(13.954)</u>	<u>-</u>
Receita operacional líquida	<u><u>399.991</u></u>	<u><u>-</u></u>

16. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras		
Taxa e outras despesas financeiras	(136)	(7)
	<u>(136)</u>	<u>(7)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	15.347	583
Juros e outras receitas financeiras	38	-
	<u>15.385</u>	<u>583</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>15.249</u></u>	<u><u>576</u></u>

17. Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora final CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pela acionista Controladora e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2019		2018	
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos				
Caixas e bancos	2.530	-	18	-
Aplicações financeiras	943.368	-	301.635	-
Aplicações financeiras - conta reserva	-	-	8.255	-
Contas a receber	-	5.925	-	-
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(53.989)	(8.593)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(807)	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(897)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(82)
	<u>945.898</u>	<u>5.925</u>	<u>309.908</u>	<u>(8.675)</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Caixas e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, Fornecedores e outras contas a pagar, Fornecedores – partes relacionadas, Obrigações com o poder concedente e dividendos a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	2019	2018
Nível 2		
Aplicações financeiras	943.368	309.890

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (CDB) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	928.652	39.936	49.914	59.890
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	14.716	637	796	955
Efeito líquido			<u>40.573</u>	<u>50.710</u>	<u>60.845</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	4,40%	5,50%	6,60%
--------------------	-------	-------	-------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo;

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3/CETIP;

(3) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;

(4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Demonstração do fluxo de caixa

a. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(82)	(311.627)	(311.709)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Resgate / Aplicações (conta reserva)	-	-	-
Integralização de capital	-	(876.829)	(876.829)
Dividendos e JCP pagos	40.056	-	40.056
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>40.056</u>	<u>(876.829)</u>	<u>(836.773)</u>
Outras variações			
Outras variações que não afetam o caixa	(39.974)	-	(39.974)
Total das outras variações	<u>(39.974)</u>	<u>-</u>	<u>(39.974)</u>
Saldo Final	<u>-</u>	<u>(1.188.456)</u>	<u>(1.188.456)</u>

b. Efeitos não caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetam o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores	20.139	8.593
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>20.139</u>	<u>8.593</u>
Imobilizado	-	(347)
Intangível	(20.139)	(8.246)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(20.139)</u>	<u>(8.593)</u>

19. Evento subsequente

• Coronavírus

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Controladora CCR S.A., verificou-se no período de 12 de março a 15 de outubro de 2020, e no período de 1º de janeiro a 15 de outubro de 2020, em comparação com mesmos períodos do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Veículos Equivalentes					
	12 mar/2020 x 15/out/2020 vs 16/mar/2019 a 15/out/2019			01/jan/2020 a 15/out/2020 vs 01/jan/2019 a 15/out/2019		
	Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
ViaSul	58,8%	226,8%	132,2%	110,1%	261,8%	174,1%

Início de cobrança em 15 de fevereiro de 2019 (P2 e P3) e 09 de fevereiro de 2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7).

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos quinzenalmente (semanalmente no início da quarentena) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou problemas relacionados à liquidez ou à quebra de *covenants* da Companhia.
- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas e priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o seguinte parecer:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Sob o ponto de vista dos ativos financeiros a receber do Poder Concedente, não foi identificado, até o momento, aumento do risco de crédito das contrapartes, sendo que os compromissos vêm sendo honrados até o momento.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

• **Financiamento - ViaSul**

Em 27 de dezembro de 2019, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 1.235.198, subdividido em 4 subcréditos, com vencimento final em 15 de dezembro de 2043.

Sobre a dívida incide a taxa composta da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE (“IPCA”), Taxa de Longo Prazo (“TLP”) e o spread de 2,87% ao ano. Os juros serão pagos trimestralmente, para cada subcrédito, no seu respectivo período de carência e mensal, após a carência. O principal será pago conforme destacado na tabela a seguir, bem com as datas limites para desembolso do subcrédito.

Subcréditos	Valor	Disponibilização do subcrédito	Carência do principal	Amortização
A	75.347	até 30/06/2023	15/07/2023	246 parcelas
B	373.677	até 30/06/2026	15/07/2026	210 parcelas
C	305.191	até 30/06/2029	15/07/2029	174 parcelas
D	480.983	até 30/06/2032	15/07/2032	138 parcelas

• **Patrimônio Líquido**

Na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 23 de abril de 2020, foi aprovado a constituição da Reserva de Legal no valor de R\$ 3.052, a Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 3.389 e o pagamento dos dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 18.271, correspondentes a R\$ 0,01537444840 por ação, sendo R\$ 14.636 à conta do saldo dos “Dividendos Adicionais Propostos” e R\$ 3.635 à conta do saldo de “Reserva de Retenção de Lucros”. Os dividendos foram pagos em 23 de abril de 2020.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Érika Natsumi Matsumoto
Josiane Carvalho de Almeida

Presidente
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti
Guilherme Motta Gomes

Diretor Presidente
Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre/RS, 25 de novembro de 2020.

FAUSTO CAMIOTTI

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 25/11/2020

Dados do Documento

Tipo de Documento Declaração da Diretoria
Referência VS - Declaração Diretoria - DFs 2019
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 25/11/2020
Validade 25/11/2020 até Indeterminado
Hash Code do Documento 3A7352A1AF051016B24DDF563E019D6B8ED0F8FAACB960D0990E40C03EF88059

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte)	Aprovador		
Relacionamento	02.846.056/0001-97 - CCR S.A.		
Representante		CPF	
Fernanda Fonseca Reginato Borges			218.085.078-60
Ação:	Aprovado em 25/11/2020 12:07:12	IP:	10.102.242.91
Info. Navegador:			

Papel (parte)	Diretor		
Relacionamento	32.161.500/0001-00 - VIASUL		
Representante		CPF	
FAUSTO CAMIOTTI			298.542.608-10
Ação:	Assinado em 25/11/2020 16:54:23 com o certificado ICP-Brasil Serial - 0565CBEDA91A461F	IP:	10.168.130.167
Info. Navegador:			

Representante		CPF	
GUILHERME MOTTA GOMES			012.980.057-01
Ação:	Assinado em 25/11/2020 13:24:38 com o certificado ICP-Brasil Serial - 7A938305F75E40B5	IP:	10.101.243.93
Info. Navegador:			



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **C6Y7Y-VBVHB-NNAKN-BUA7J**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.